



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA
E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BSFEAC

**PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO**

VIRNA LUZIA FEITOSA SALES

MATRÍCULA - 910218 3

FORTALEZA (CE), NOVEMBRO DE 1996 . 1

VIRNA LUZIA FEITOSA SALES

**PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO**



BSFEAC

Monografia submetida à Coordenação do **Curso de Ciências Econômicas**, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, como requisito parcial para a obtenção do **Título de Bacharelado em Ciências Econômicas**.

PROF. ORIENTADORA - MARIA GORETTI SERPA BRAGA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

FORTALEZA (CE), NOVEMBRO DE 1996

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, como requisito parcial necessário a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, encontrando-se à disposição dos interessados na Coordenação do Curso.

A citação de qualquer trecho deste trabalho de pesquisa é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

VIRNA LUZIA FEITOSA SALES

BSFEAC

Monografia aprovada em 04 de Novembro de 1996.

Prof.^a Maria Goretti Serpa Braga
Orientadora

Prof. Alfredo José Pessoa de Oliveira

Prof. Antônio Lisboa Teles da Rosa

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado forças para que conseguisse realizar esta monografia.

A Professora Goretti, minha orientadora, pela enorme ajuda na elaboração deste trabalho, com comentários e sugestões pertinentes.

Aos Professores Alfredo e Lisboa pela leitura atenta e críticas construtivas que contribuíram de forma significativa para a melhoria deste trabalho.

Aos colegas da faculdade pelo apoio e colaboração que tanto contribuíram para a realização desta monografia.

Aos meus irmãos pelo companheirismo.

Aos meus pais por tudo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I	03
A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR DENTRO DO DEBATE CLÁSSICO	
CAPÍTULO II	14
A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO MUNDO (ALGUNS EXEMPLOS): O ESTADO COMO SUPORTE	
1. Estados Unidos	14
2. Europa	19
3. Leste Asiático	22
4. Egito	25
5. México	26
CAPÍTULO III	29
A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO BRASIL	
CONCLUSÃO	40

INTRODUÇÃO

Ao se falar em produção agrícola familiar, em geral, o que se tem em mente é a idéia de um pequeno estabelecimento no qual se empregam técnicas rudimentares de produção e baixa produtividade; quando na realidade, sabe-se que a unidade de produção agrícola familiar foi um dos mais importantes pilares do desenvolvimento em todos os países do chamado Primeiro Mundo, durante o grande impulso do capitalismo - entre a década de 1930 e o início da década de 1970.

Assim, a noção de agricultura familiar representa um obstáculo teórico na compreensão da vida agrária contemporânea nos países centrais. É necessária a diferenciação entre 'pequena produção' e 'produção familiar'. A pequena produção está associada à agricultura de baixa renda, sendo parcialmente ligada ao circuito global da economia; enquanto a produção familiar é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais.

Na verdade, o desempenho da produção agrícola familiar só foi possível em virtude de um conjunto de transformações ocorridas que a fez não um resquício de formas sociais anteriores mas, algo inédito, que com sua base ancestral guarda cada vez mais distância. Portanto, é o organismo familiar o responsável pela parte mais importante da agropecuária do continente europeu e dos Estados Unidos. No Brasil, por sua vez, mais de 60% da produção de gêneros alimentícios é de responsabilidade da unidade de produção familiar e 44% do PIB nacional é formado pelo 'agrobusiness', o que nos mostra a importância dessa forma de produção e o peso da agricultura na economia brasileira.

Dessa forma, nesse trabalho pretende-se fazer o estudo sobre o que é produção familiar e sua função dentro do processo de desenvolvimento capitalista nas nações, ressaltando o papel da intervenção estatal na determinação da estrutura agrária dos países, ao fortalecer a produção familiar, como nos países desenvolvidos, ou favorecer os grandes estabelecimentos agrícolas em detrimento da unidade de produção familiar, como nos países em desenvolvimento no caso, o Brasil. Estudar-se-á a situação familiar no país, contrapondo-a à exploração do tipo patronal, enfocando o seu desenvolvimento histórico.

A presente monografia será desenvolvida da forma descrita abaixo:

No primeiro capítulo se fará um estudo sobre a produção agrícola familiar na ótica de vários autores, como Lênin e Kautsky e críticos do pensamento marxista clássico como Chayanov e Tepich.

O segundo capítulo enfocará a importância da agricultura familiar no desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, ressaltando que o setor agrícola nesses países, atendeu prontamente as necessidades das indústrias no seu processo de consolidação.

No terceiro capítulo a partir do que foi exposto nos capítulos anteriores, procurar-se-á mostrar como a via do desenvolvimento no Brasil passa obrigatoriamente pela produção familiar, destacando a necessidade de uma intervenção do Estado que favoreça o seu fortalecimento.

Na última parte do trabalho faremos alguns comentários conclusivos sobre o que foi exposto neste estudo.

CAPÍTULO I

A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR DENTRO DO DEBATE CLÁSSICO¹

Se para Marx, o desenvolvimento capitalista leva a formação de apenas duas classes sociais antagônicas e da luta entre essas classes vai depender a organização social como um todo e também seu destino, não há sentido o estudo de outra forma de produção, visto que qualquer outra classe que não seja burguesia e proletariado está fatalmente condenada à diferenciação e à eliminação social; por isso Marx em seu trabalho, não trata da produção familiar na agricultura, suas tendências e funções no desenvolvimento capitalista.

Para Lênin, “tão importante quanto apoiar as reivindicações antifeudais e antiabsolutistas dos camponeses como um todo, durante a revolução democrática russa, é mostrar a heterogeneidade do mundo rural. Assim, a característica básica da sociedade agrária está em seu acelerado desenvolvimento capitalista que se realiza através da clara separação, no interior mesmo do campesinato, entre proletariado e burguesia”(Abramovay, 1992:41).

Foi em cima desse ponto que formou-se o mais importante paradigma marxista da questão agrária: os produtores rurais seriam empurrados à diferenciação e polarização social, em qualquer país onde ocorresse a ‘penetração’ do capitalismo na agricultura.

Num quadro político e intelectual em que o partido social democrata assume a defesa ‘artificial’ dos camponeses, e contra o argumento ‘revisionista’ de superioridade técnica da forma familiar de produção sobre a grande exploração capitalista, surge no livro *A Questão Agrária* (Kautsky, 1980) o paradigma kautskyano. Seu paradigma e o de Lênin tem congruências significativas embora com ênfases diferentes.

Em Kautsky, não há a preocupação com o estudo da heterogeneidade do mundo rural. Sua tese preocupa-se com a relação indústria e agricultura, ao colocar a impossibilidade

¹ Na elaboração deste capítulo, utilizamos como referencial teórico ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo, Editora da Universidade de Campinas, 1992, pois acreditamos que esta obra nos propõe as discussões mais ricas sobre este tema, no momento.

do pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas, mostrando assim a tendência do grande e não do pequeno produtor se integrar com a indústria.

O que se pode adiantar é que as previsões dos dois autores não se realizaram, em sua maior parte, pois o processo de diferenciação social dos produtores não progrediu de maneira a aumentar o número de trabalhadores assalariados no campo, bem como a idéia de incompatibilidade entre progresso técnico e produção familiar mostrou-se absurda a partir da consolidação da produção agrícola familiar durante o período de crescimento acelerado nos países centrais.

Contudo, as discussões sobre o campesinato não se limitam ao ponto de vista dos clássicos marxistas da questão agrária, os quais procuravam estudar a produção familiar com base em suas preocupações políticas centrais.

Se para os marxistas, “cada segmento e cada classe da sociedade são conhecidos, em última análise pela maneira como se inserem na divisão do trabalho”(Abramovay, 1992:52), o camponês possui definição necessariamente negativa na medida em que não vende sua força de trabalho, como também não vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Então, num mundo capitalista, o camponês é um resquício que ao integrar-se à economia de mercado, se extinguirá.

De encontro a essa perspectiva, temos as obras de Alexandre Chayanov e Jerzy Tepich, os quais acreditavam que a economia camponesa era objeto de um conhecimento racional e positivo. Em seus trabalhos, que tiveram como pano de fundo a ameaça e concretização da coletivização na Rússia, demonstraram as leis de funcionamento, as expressões científicas que garantem ao campesinato sua existência a partir de uma necessidade social.

Há um sentido político claro na crítica de Chayanov e Tepich ao paradigma leninista da diferenciação social, na medida em que tentam mostrar a unidade e identidade do campesinato, bem como a necessidade de respeito e valorização de sua posição própria, dentro do processo de emancipação social.

Mas se é fácil mostrar que a previsão apocalíptica sobre o desaparecimento do campesinato não se confirmou, o que se pode falar sobre sua manutenção nas sociedades contemporâneas?

Ora, tanto Chayanov quanto Tepich tinham consciência de que mais importante que a caracterização do camponês como forma social estável, é sua tendência irrefreável à transformação, e no limite, à extinção, pois sua existência apóia-se sobre um conjunto de condições que o próprio desenvolvimento social, econômico e político tende a eliminar.

O trabalho de Chayanov é a mais completa tentativa de teorização a respeito do comportamento econômico camponês, e ao constatar na Rússia, através de um levantamento de informações sobre a economia camponesa, a impossibilidade do uso de métodos contábeis habituais nesses estabelecimentos, elabora uma Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas, dando destaque à economia camponesa, cujas leis de reprodução e desenvolvimento são encontradas dentro do próprio organismo familiar.

Assim, diferentemente do trabalhador assalariado, o camponês é um “sujeito criando sua própria existência”(Chayanov, 1925, apud Abramovay, 1992, p.59).

Segundo esse autor, “a unidade econômica familiar deve ser vista como um conjunto indissociável, no qual o trabalho, a terra e o capital são variáveis dependentes que sofrem um contínuo processo de modificação num esforço para se estabelecer um equilíbrio entre o dispêndio do trabalho e as necessidades de consumo da unidade familiar”(Wilkinson, 1986:47); ou seja, ao contrário do que ocorre numa empresa capitalista, o critério de maximização da utilidade num estabelecimento camponês não é o de maior lucratividade e sim, o de satisfação das necessidades familiares, onde uma vez o consumo alimentar assegurado, será atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho.

“A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho, composição da família e produtividade da unidade de trabalho, sendo importante destacar que tanto a satisfação das necessidades de consumo, como o julgamento sobre o grau de esforço do trabalho capaz de atingi-la são de natureza estritamente subjetiva”(Silva, J.G. da & Stolcke, V., 1981, ps. 138-139).

Assim, o que determina o comportamento camponês não é o interesse de cada um dos integrantes da família e sim, suas necessidades quanto à reprodução do conjunto familiar.

Duas outras idéias básicas do pensamento chayanovista decorrem da noção de unidade do organismo econômico familiar: a indivisibilidade da renda e a auto-exploração do campesinato, já que a formação da renda familiar depende de um organismo econômico único e a decisão de produzir é determinada por fatores interiores à unidade de produção e não a partir de sua relação com outras classes da sociedade.

ESPEAC

Em relação à tese de Chayanov é importante ressaltar que o uso de insumos industriais em seu processo produtivo bem como, de financiamentos são considerados, só que estão sujeitos à lógica da produção camponesa, ou seja, o uso de novas tecnologias capital intensivas visando a redução de esforços sem que ocorra aumento na renda bruta familiar e provocando ociosidade no trabalho, o qual se utilizado, poderia aumentar a renda bruta sem significar novos gastos, não será utilizado, nesses moldes.

Sobre o paradigma leninista, onde Lênin enxergava diferenciação; Chayanov apontava para a identidade social do campesinato e foi sobre essa base que evoluiu a tendência na época, de integração vertical — entre estabelecimentos familiares e a agroindústria — no processo de ‘penetração’ do capitalismo na agricultura.

“...O processo dinâmico de proletarização agrícola e concentração da produção, que conduz às grandes unidades produtivas agrícolas baseadas no trabalho assalariado, desenvolve-se pelo mundo, e na União Soviética em particular a uma taxa muito mais lenta que o esperado no século XIX”(Chayanov, 1925 apud Abramovay, 1992, p.64).

Então, não é a partir da especificidade da agricultura que se explica a existência do camponês e sim, a partir de sua existência é que se moldará a estrutura social no campo.

Torna-se importante observar que Chayanov em sua obra, não faz menção à relação entre tamanho do estabelecimento e seu desempenho econômico e que sua teoria foi montada a partir do contato com os 'extensionistas' rurais de seu tempo e dos problemas práticos enfrentados por eles como os desafios econômicos e técnicos por que passavam as unidades de produção familiar.

Chayanov reconhecia que a integração com a agroindústria, o capital financeiro e o mercado levaria o campesinato a uma mudança em sua substância social, a qual o autor preocupou-se em explicar. O camponês estava agora, sujeito a padrões impostos pela agroindústria no que diz respeito ao que produzir, como produzir, em que quantidade e com que qualidade.

Dentro desse contexto, Chayanov estuda o cooperativismo na Dinamarca, modalidade em que há socialização crescente do trabalho camponês, e vê na adoção do cooperativismo a saída para um futuro sistema econômico socialista, na Rússia.

Já Jerzy Tepich, escreve seu trabalho tendo como pano de fundo as várias tentativas frustradas de implantação da organização cooperativa forçada na agricultura da Polônia.

Em sua obra, Tepich estabelece tipologias a respeito do campesinato e usa para isso, a unificação de teses marxistas e chayanovistas. Contudo, sua conclusão não difere muito da de Chayanov: o destino do campesinato é a extinção, com a 'penetração' do capitalismo na agricultura; mas por outro lado, há a negação do paradigma leninista da diferenciação social.

Só que por mais que se possa explicar o comportamento econômico do campesinato a partir de forças internas, sua atuação efetiva dependerá do ambiente social em que a exploração agrícola se insere.

Além das três características universais do campesinato: unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família, uso intensivo do trabalho e natureza patriarcal da organização social, Tepich encontra um importante traço de inspiração marxista — a função exercida pelo camponês de suprir as necessidades de alimentação farta e barata, pois ao contrário do que ocorre com o capitalista, que busca um retorno com lucro médio proporcional ao investimento; o campesinato se satisfaz com uma renda que permita fundamentalmente a reprodução da própria família.

Nesse ponto, que liga a eficiência do campesinato à sua 'capacidade de sofrer' é que a análise de Tepich é idêntica a de Kautsky e Lênin.

A partir dessa disparidade na renda familiar agrícola, chega-se à pergunta: por que os indivíduos que compõem a família não se lançam então, ao mercado de trabalho assalariado e no limite, até abandonam essa atividade?. A resposta em Tepich, está na importância que as 'forças marginais' ou 'não transferíveis' têm na garantia da subsistência da família como um todo, visto que o trabalho pesado é exercido por seus chefes e outros adultos homens, ficando o trabalho do estábulo, chiqueiro e pequenos animais com mulheres, crianças e velhos, que podem fazê-lo em tempo parcial.

Mas Tepich não contou com as transformações que levaram à redução do peso dessas 'forças marginais' dentro do organismo familiar de produção agrícola nos países capitalistas contemporâneos, notadamente os europeus; por exemplo, com a mecanização, reduziu-se em muito a necessidade do trabalho da mulher na atividade familiar, ampliando assim, a ocupação dessas mulheres em empregos assalariados urbanos ou deslocando-as para funções de natureza administrativa.

Objetivando o estudo dos fatores determinantes das opções econômicas do campesinato, o trabalho de Chayanov foi retomado e desenvolvido por teóricos neoclássicos. Esse conhecimento seria um subsídio importante na elaboração de políticas de desenvolvimento econômico.

Apresentaremos então, os modelos microeconômicos mais significativos sobre o comportamento camponês, trabalhados por Abramovay. Inicialmente, o de Theodore Schultz (1964/1965), o qual o comportamento econômico de uma unidade familiar é o mesmo que o de uma empresa moderna, no que diz respeito a sua racionalidade econômica. Em seguida, virá o modelo de Lipton (1968), onde a lógica econômica do campesinato não está na busca do lucro e sim, na aversão ao risco. E por último, examinaremos, Mellor (1963), Sen (1966) e Nakagima (1969).

Schultz apresenta a "agricultura tradicional como um sistema coerente e racional de uso de fatores cuja compreensão econômica é perfeitamente possível e cujo funcionamento é praticamente perfeito; e não, como expressão de indolência, atavismos culturais retrógrados, etc" (Abramovay, 1992:82).

A partir de sua afirmação de que não há população sobrando na 'agricultura tradicional', portanto, a produtividade marginal do trabalho no meio rural, apoiado na 'agricultura tradicional', não é igual a zero, Schultz deduz a racionalidade desses agricultores. O agricultor tem um comportamento eficiente, na medida em que procura minimizar custos e maximizar os resultados de sua produção, buscando assim, o lucro máximo. Com esse comportamento então, a unidade familiar de produção agrícola se conduz da mesma forma que empresas modernas.

O mérito de seu trabalho, está em não apoiar sobre a preguiça, a pobreza ou a ignorância a racionalidade do agricultor, ao contrário, aponta suas decisões à motivações absolutamente racionais. Contudo, critica-se a aplicação da noção de eficiência econômica em sua tese, visto que a 'agricultura tradicional' não funciona num mercado competitivo.

A intervenção estimuladora do Estado se mostra importantíssima nesse processo de transformação da agricultura tradicional em moderna, atuando na implantação de centros de pesquisa e extensão e através de políticas agrícolas que estimulem a produção interna, a introdução de novas tecnologias e a elevação da produtividade do setor.

Contudo, essa mudança não será acessível a todos os agricultores, numa economia de mercado. Nesse caso para Schultz, ocorrerá o sacrifício social de um grande número de agricultores tradicionais — é a 'doutrina do pessimismo revolucionário', segundo Lipton.

Lipton é o autor mais expressivo de uma vertente no pensamento econômico que define o agricultor tradicional baseando-se na aversão ao risco. Ele também vê nesse agricultor um maximizador: não de lucros mas, de oportunidades de sobrevivência, e para essa análise, é importante se considerar a influência dos fatores naturais, dos aspectos sociais e institucionais.

A incerteza climática, as imperfeições no mercado, como a precariedade na informação de preços e no mercado de trabalho, além de regras sociais, como as ligadas à herança, impedem a realização das normas essenciais à concorrência perfeita.

Diante desse conjunto de fatores, o comportamento econômico do agricultor tradicional caminha num sentido diverso à tese schultziana da maximização de lucro, tendo também uma conotação de ordem prática oposta, ou seja, dentro da obra de Lipton, é possível

uma realocação dos próprios fatores de produção da 'agricultura tradicional' visando a promoção de seu crescimento.

Contudo, essa realocação dos fatores produtivos que promoveria um crescimento da 'agricultura tradicional' encontra um entrave para sua realização: os aspectos institucionais, que em nome da aversão ao risco, provocam no campesinato um constrangimento na adoção de medidas que elevem sua potencialidade produtiva.

Em relação as condições institucionais, Lipton não analisa nem propõe medidas que eliminem esses aspectos; e ainda, sugere que todos esses fatores 'conservadores' é que seriam os responsáveis pelo comportamento do camponês de aversão ao risco.

Tendo como ponto de partida as idéias de Chayanov, Mellor, Sen e Nakagima apontam alguns desdobramentos para a questão do equilíbrio microeconômico do campesinato.

Aqui também, a racionalidade do campesinato é determinada endogenamente, sendo a família uma fusão entre unidade de produção e consumo, onde o valor do trabalho e dos bens de consumo variam conforme se esteja próximo ou não de atingir a satisfação das necessidade básicas de subsistência — é o dilema entre trabalho e ócio.

Nesse modelo 'do camponês avesso à penosidade', enquanto as decisões da unidade de produção familiar tiverem determinações internas ao próprio organismo familiar, a natureza subjetiva de seu comportamento econômico não se alterará, ou seja, fatores como tamanho da família, idade dos membros, nível de preços, tecnologia disponível, podem alterar seu ponto de equilíbrio, contudo, não modificarão sua determinação subjetiva.

Mas a existência do mercado de trabalho pode alterar a racionalidade camponesa, na medida em que o esforço familiar não é mais comparado somente à renda proveniente do estabelecimento agrícola, como também pelo custo de oportunidade oferecido pelo mercado de trabalho. Assim, o equilíbrio deixa de ser determinado apenas por fatores endógenos, fazendo parte então, dos fatores importantes à tomada de decisões pelo organismo familiar, uma variável exógena.

Examinando as conseqüências políticas dos modelos de aversão à penosidade citados, percebe-se clara preocupação com a questão do crescimento econômico da unidade de produção familiar.

Onde Chayanov defendia o cooperativismo como saída, Mellor coloca a necessidade de se introduzir dentro do estabelecimento agrícola familiar um conjunto de condições que forcem a ruptura de seu equilíbrio econômico endógeno, o qual tende a ser estático — conclusão parecida com a apresentada por Schultz.

Já Sen, não oferece propostas de política nesse sentido. O que na realidade ele mostra é que nem sempre a modernização proporciona vantagens sociais, pois socialmente, talvez o campesinato ofereça bens agrícolas em condições de utilização da terra e do trabalho com melhores resultados que os obtidos em empresas capitalistas.

Nakagima contesta a proposta de Mellor no que diz respeito à introdução de fatores que forcem a ruptura do equilíbrio microeconômico do camponês. Ele preconiza um certo gradualismo nas políticas de modernização e uma elevação na 'pobreza sentida' por parte dos agricultores.

Já vimos que para o materialismo histórico, o campesinato é uma categoria sem história, fadada ao desaparecimento com a 'penetração' do capitalismo na agricultura; e que, os 'neoclássicos' estudaram a racionalidade camponesa.

Contudo, a maior parte desses estudiosos até aqui vistos, não se preocupou em tratar dos limites da racionalidade econômica do camponês, ou seja, da análise de como o meio ambiente social no qual a vida camponesa transcorre limita sua racionalidade.

Segundo Abramovay (1992), autores como Redfield, Kroeber, Mendras e Wolf debruçaram-se entre 1930 e 1960, sobre a questão na qual, os camponeses seriam grupos sociais transitórios entre as sociedades tribais e o meio urbano.

Ora, a antropologia clássica percebeu a diferença essencial entre sociedade camponesa e tribo. A sociedade camponesa, através de seus códigos e normas próprios, é

organizada numa razão não puramente econômica, ou melhor, trabalho e vida social não são duas dimensões separadas como nas sociedades capitalistas, e há também, o relacionamento com o mundo exterior através da venda de mercadorias.

O economista Frank Ellis (1988, apud Abramovay, 1992:115) define então, o campesinato por outros traços, além de seu caráter familiar: a integração parcial em mercados incompletos.

É integrado parcialmente à sociedade porque além de parte de sua subsistência vir da autoprodução, há certa 'flexibilidade' em suas relações com o mercado, ou seja, o camponês pode retirar-se do mercado sem que isso comprometa sua reprodução social.

Em relação aos mercados incompletos, nas sociedades camponesas, há uma fusão das operações mercantis com esferas não estritamente econômicas da vida, através de laços pessoais e hierárquicos, onde os preços são determinados por condições locais, praticamente não existem alternativas em relação à compra e venda das mercadorias, o mercado de capitais e crédito é fragmentário ou inexistente, as dificuldades de transporte e comunicação reforçam o poder dos comerciantes locais sobre os camponeses, não há um quadro competitivo no qual o campesinato possa ter acesso à insumos de origem industrial necessários a sua produção e os critérios de ocupação e transferência de terras submetem-se a regras estabelecidas no âmbito da comunidade local.

Assim, o campesinato é antes de tudo, um 'modo de vida' inserido parcialmente na sociedade, e com uma cultura também parcial.

Por outro lado, Shanin (apud Abramovay, 1992:108) propõe dois elementos básicos e indissolúveis que marcam a particularidade do ambiente social no qual a economia camponesa opera: sua cultura tradicional e seu modo de vida em pequenas comunidades rurais.

É na aldeia que se materializa o caráter comunitário da vida camponesa, sendo o direito à subsistência e a reciprocidade os dois princípios morais que regem a vida comunitária.

Assim, "como em torno da família forma-se a morfologia do campesinato, é na aldeia que se define a sua fisiologia"(Georgescu-Roegen, 1969 apud Abramovay, 1992:109).

Em torno da ética da subsistência que Wolf e Scott (apud Abramovay, 1992:111) concebem sociologicamente, o elemento pelo qual Lipton caracteriza a economia camponesa: a aversão ao risco, a busca de segurança, num quadro de obrigações compartilhadas, lealdade, dependência e reciprocidade.

No que diz respeito à relação capitalismo e campesinato, tanto Marx como Weber, com base em perspectivas históricas distintas, previram a extinção das características constitutivas do campesinato com o desenvolvimento capitalista. O que antes era um modo de vida, com normas e códigos próprios com razões não puramente econômicas — o campesinato, com a ‘penetração’ do capitalismo na agricultura, torna-se agricultura profissional, onde as normas e condições de reprodução social estão na competição e eficiência econômica.

Sobre essa diferença de natureza social entre o campesinato e a ‘produção agrícola familiar’ e o papel que essa desempenhou no processo de desenvolvimento dos países centrais que centraremos nossa discussão no próximo capítulo desse trabalho.

B-S F E A C

CAPÍTULO II

A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO MUNDO: O ESTADO COMO SUPORTE

1) ESTADOS UNIDOS

A formação da agricultura americana foi marcada pela indecisão entre o conservadorismo, que defendia a venda de terras públicas a altos preços e à vista e uma visão liberal, que pretendia garantir o acesso à propriedade a todos através da venda de parcelas menores, a baixo preço e com crédito de longo prazo.

Com a publicação do Homestead Law, em 1862, é que se iniciou a política governamental de fomento à agricultura familiar no país, o que não impediu que uma extensa legislação complementar abrisse brechas para a constituição de grandes propriedades.

Mas o que levou o Estado a adotar essa política de apoio a agricultura familiar, principalmente após a 1ª Guerra Mundial, quando a nação americana vivenciou o período de maior acumulação da história de seu capitalismo?

Ora, a agricultura familiar foi a forma de produção que melhor se adequou às necessidades de 'comida farta e barata' via modernização tecnológica, mantendo em funcionamento o treadmill de Cochrane. Além disso, a agricultura possui certas particularidades naturais que vem a fortalecer o peso da produção familiar na estrutura social do setor agrícola dos países centrais, como por exemplo, sua base biológica, a qual opõe obstáculos ao avanço da divisão social do trabalho; e a não obtenção de economias de escala quanto ao tamanho de seus estabelecimentos.

O treadmill foi um modelo explicativo da dinâmica agrícola no processo de crescimento industrial proposto por Cochrane (1958, apud Veiga, 1991:103) no final da década de 1950.

Nesse modelo, o agricultor de vanguarda, ou inovador, ou ainda 'early-bird farmer' ao introduzir novas tecnologias em sua unidade de produção, obtém lucro extra. À medida que

seus companheiros seguem seu exemplo modernizante, todos voltam à situação não-rentável. Então, quem não acompanhar o exemplo do agricultor de vanguarda será marginalizado e empurrado para fora de setor e seus ativos serão adquiridos pelos inovadores com recursos conseguidos graças à sua ação de vanguarda. Como se vê, o progresso tecnológico promove uma redistribuição de ativos, fazendo com que a produção comercial se concentre cada vez mais em propriedades maiores.

E o que acontece com esse treadmill se o governo introduzir um programa de sustentação dos preços agrícolas como o que foi posto em prática nos Estados Unidos da América desde 1933? A sustentação de preços protege o lucro do agricultor de vanguarda, provoca um aumento do preço da terra e uma expansão ainda maior da produção agrícola, graças à concorrência dos agricultores que continuam no setor.

Portanto, os agricultores não têm como escapar do treadmill, pois qualquer aumento em sua renda será dissipado no processo seja através da queda de preços dos produtos do setor ou pelo aumento do preço da terra. O que se vê é que a explicação da precariedade da renda familiar corrente do agricultor está principalmente na 'carestia' da terra, o que nos mostra o agudo contraste entre a remuneração corrente e sua remuneração adiada ou seja, a acumulação de ativos fundiários.

Assim, a evolução da política agrícola americana apresentou-se da seguinte forma: até o início dos anos 1970, a oferta superou a demanda, reduziu-se os preços agrícolas, a remuneração corrente dos agricultores esteve abaixo do nível de salários da indústria, houve valorização dos ativos fundiários, bem como aumento nos salários agrícolas reais e melhora constante do desempenho do setor. Isso, graças à atomização da oferta da produção e à atuação do Estado juntamente com os organismos profissionais que possibilitou o funcionamento planejado do sistema econômico. Após 1970, a demanda apresentou um crescimento maior que a oferta, desregulando todo o sistema e provocando elevação nos preços alimentares e no preço da terra, o que posteriormente levou a conhecida 'farm crisis' nos anos 1980.

O papel do Estado no desenvolvimento econômico tanto dos Estados Unidos como dos demais países centrais que serão aqui apresentados foi importantíssimo, atuando através de um crescente intervencionismo e do financiamento de atividades produtivas, como

pesquisa e extensão. A preocupação central foi a garantia de uma renda mínima necessária à subsistência do organismo familiar, bem como o controle dos preços dos alimentos que compõem a cesta do trabalhador.

É através da Teoria da Regulação² que compreendemos o papel decisivo do setor agrícola no processo desenvolvimentista dos países do chamado Primeiro Mundo, pois a agricultura não foi estimulada a obter altos lucros como os demais setores da economia; sua função era garantir a redução nos preços dos alimentos básicos que os trabalhadores necessitavam para sua subsistência e assim, possibilitar à massa trabalhadora destinar uma parcela maior de sua remuneração ao consumo de outros bens, principalmente os de consumo duráveis, já que a parcela do salário destinada à alimentação havia se reduzido. Esse mecanismo de 'achatamento' dos preços agrícolas permitiu uma transferência de renda intersetorial, onde os beneficiários foram não só os setores que compravam os produtos agrícolas e vendiam insumos e máquinas àquele setor, como também, todo o sistema econômico. Tudo explicável a partir da redução na parte do orçamento familiar destinado à alimentação.

É por esta razão que se percebe através das estatísticas, queda na renda agrícola dos países avançados, em relação aos setores da economia urbana, mesmo havendo crescimento em suas safras e na produtividade.

Contudo, esse padrão de intervencionismo estatal não impediu um tratamento diferenciado a outros ramos do setor agropecuário, o que estimulou o aumento da participação das grandes empresas no setor, abalando a veneração no seio da sociedade americana pela agricultura familiar, no final da década de 1970.

Para Radoje Nikolitch (1960, apud Abramovay, 1992, ps.140-143) cujo estudo é referência obrigatória na discussão sobre a caracterização da produção familiar:

² Segundo Veiga (1991:93), a Teoria da Regulação é a base do pensamento da Escola Regulacionista. Sua preocupação central está na explicação do crescimento acelerado do capitalismo, entre 1945 e 1968, vivenciado pelos países avançados, mostrando que a expansão do mercado foi obtida graças a dinâmica do consumo das camadas populares, sendo esta a característica essencial do regime intensivo de acumulação. Teve como principais representantes Aglietta e Boyer.

" ... as unidades familiares de produção são as que contam apenas com trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família; enquanto as unidades produtivas ultrafamiliares ou patronais³ são aquelas onde os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho ou o executam, mas numa proporção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada".

Assim, segundo este estudioso, qualquer organismo familiar que requeira mais que três homens-ano para o trabalho em seu processo produtivo, não pode ser classificado como familiar. Torna-se importante destacar que não entram nesse cálculo o trabalho da mulher e de menores de quinze anos, o que provoca uma subestimação do trabalho familiar em relação ao contratado.

Apoiado na evolução dos dados censitários, Nikolitch afirma então, que a agricultura americana ao menos até 1969, era sem sombra de dúvidas predominantemente familiar, tanto sob o ângulo do número de estabelecimentos, como da perspectiva do volume de vendas assegurado.

Examinemos esses dados estatísticos.

³ Ver p.34 deste trabalho, para maiores esclarecimentos quanto à definição de agricultura patronal.

TABELA I

Número e Distribuição Percentual dos Estabelecimentos Agrários Familiares e Patronais nos Estados Unidos, 1949, 1959 e 1969

TIPOS	1949	1959	1969
Familiares (milhares)	4641	3530	2580
Porcentagens	95%	95%	95%
Patronais (milhares)	264	165	146
Porcentagens	5%	5%	5%

Distribuição Percentual das Vendas Totais, segundo os Tipos de Estabelecimentos Agrícolas nos EUA, 1949, 1959 e 1969

TIPOS	1949 (%)	1959 (%)	1969 (%)
Familiares	63	70	62
Com Vendas:			
(-) de \$ 10.000	42	28	14
(+) de \$ 10.000	21	42	48
Patronais	37	30	38

Fonte: Nikolitch, 1972.

Extraído de Veiga, José Eli da. O Desenvolvimento Agrícola, 1991, ps.111-112, Quadros 1.3 e 1.4.

Inicialmente, podemos observar que a queda do número de estabelecimentos agropecuários, ocorre num ritmo mais lento, já perto da década de 1970. Os estabelecimentos ultrafamiliares correspondendo a apenas 5% do total de estabelecimentos, em 1969, detinham 38% das vendas; proporção esta que manteve-se relativamente constante, 37% em 1949 e 30% em 1959. Daí, a confirmação de que a importância da unidade agrícola familiar não está apenas em seu grande número e sim, no imenso volume de suas operações.

A partir desse estudo sobre o peso dos estabelecimentos familiares e ultrafamiliares na economia americana, Radoje Nikolitch pôde concluir que os estabelecimentos familiares se desenvolveram nas áreas e tipos de plantações em que há um maior uso de máquinas e equipamentos que mão-de-obra paga no processo produtivo, concentrando-se na região central dos Estados Unidos, na produção de leite, suínos, cereais, aves e fumo. Por outro lado, a produção ultrafamiliar ficou concentrada numa área restrita que vai da Flórida, passando pelo Texas e Califórnia até chegar ao Estado de Washington, ocupando-se dos produtos em que há

maior necessidade de contratação de assalariados, como algodão, legumes, frutas, nozes e pecuária.

Portanto, as unidades familiares expandiram-se no eixo mais importante da agricultura comercial americana, apoiando-se no uso intensivo de novas tecnologias, obtendo como resultado um aumento da produção agrícola, com o emprego de menos mão-de-obra contratada, o que representou ganhos de produtividade para o setor.

Dorel (1985, apud Veiga, 1991:121) mostra que a formação histórica dessas fazendas de vocação patronal esteve ligada as várias formas de burla da legislação fundiária, principalmente nos casos da Flórida e Califórnia; e que a evolução da legislação fiscal permitiu a manutenção desses latifúndios no setor agrícola, com tendência à transformação em sociedades imobiliárias.

Ora, a associação do aumento da concentração econômica da produção agrícola e a elevação do uso de mão-de-obra paga, já que os dados disponíveis nos mostram que em 1960, um quarto dos trabalhadores rurais americanos eram assalariados, passando a um terço em 1988, é usada por alguns autores para demonstrar o declínio da produção familiar nesse país, o que não representa a verdade, pois nos países capitalistas avançados há o fenômeno da grande produção funcionando sob o regime de trabalho familiar, bem como o peso relativo do 'corporate farming' no setor agropecuário americano é marcante apenas em áreas bem específicas, como já foi dito.

2) EUROPA

As vias de transição da agricultura feudal européia para a agricultura moderna, correspondente ao capitalismo urbano-industrial podem ser sintetizadas em três padrões básicos: o inglês, o do leste e do oeste. E estes três modelos resultaram fundamentalmente de diferenças existentes nas relações de força entre nobres e camponeses no momento crucial do cercamento dos campos (Servolin, 1985, apud Veiga, 1991:24).

O modelo inglês era caracterizado pela trindade: o arrendatário-patrão (landlord), o proprietário fundiário rentista (farmer) e o trabalhador agrícola assalariado (labourer). Esse modelo era a única forma viável de exploração dos imensos domínios pertencentes a uma

minúscula elite proprietária, formada num processo histórico no qual as leis de herança e a hipoteca tiveram papel determinante.

A agricultura inglesa floresceu com base no chamado 'high farming' nas décadas de 1850 e 1860. Era um sistema intensivo e que acompanhava uma nova onda tecnológica através do uso da drenagem, fertilização, mecanizações e rações.

Entretanto, nas últimas décadas do século XIX, o 'high-farming' entra num processo de decadência, devido em muito a manutenção do liberalismo econômico durante a Grande Depressão, o que estimulou muitos 'landlords' a se desfazerem de suas propriedades. Foi nesse período entre a Grande Depressão e a 1ª Guerra Mundial que o parlamento britânico sob pressão, e em iniciativa pioneira aprova a conversão do sistema proprietário-arrendatário em sistema de propriedades familiares, na Irlanda.

A partir dessa iniciativa, a Inglaterra vivencia um renascimento agrícola graças a adoção da modernização e o apoio a agricultura familiar, a qual se firma no país no século XX.

Gasson (1988, apud Abramovay, 1992:165) propõe critérios mais flexíveis que os adotados por Nikolitch em relação aos Estados Unidos, para a caracterização de produção familiar. São eles: os membros relacionam-se por parentesco ou casamento; há uma combinação entre a propriedade do negócio e seu controle gerencial e; o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família. Dentro desses critérios, 97,5% dos estabelecimentos na Inglaterra e País de Gales eram familiares.

O processo de concentração da produção agrícola também ocorreu na nação britânica, restringindo-se à áreas específicas. Como nos demais países centrais, cai a população economicamente ativa na agricultura, contudo o índice de emprego do trabalho assalariado diminui mais acentuadamente que o familiar, diferentemente do caso americano.

Isso não quer dizer que a produção familiar britânica seja pobre em recursos, e sim, que não emprega um volume maior de trabalho contratado devido a sua grande capacidade técnica e competitividade, possibilitando uma alta produtividade a partir da utilização de menos mão-de-obra.

Na Inglaterra também se percebe que as unidades produtivas familiares caminham para o processo de diversificação, seja através da introdução de fontes de renda não agrícola obtida no mercado de trabalho ou diversificando os negócios agropecuários em direção à áreas não agrícolas, sem contudo eliminar seu caráter de produção familiar.

Dentro desse contexto é que houve a generalização do 'part time farming' (agricultura em tempo parcial) na Inglaterra e nos demais países do chamado Primeiro Mundo, como resposta a um novo comportamento do agricultor, que agora assemelha-se a um microempresário, pois suas decisões e atuação são ditadas pelas exigências do mercado, onde a diversificação de suas atividades representa sua resposta às crises de superprodução cada vez mais frequentes, as quais o progresso técnico o lançou.

BSFEAC

Já no Leste Europeu, houve um refortalecimento da nobreza fundiária na transição ao capitalismo - foi o período chamado pelos historiadores de 'segunda servidão'. O interesse pela exportação de cereais fazia com que os nobres defendessem a liberdade de comércio, a qual retardou o processo de industrialização nestes países.

Na Dinamarca, somente em 1784, após um período de intensas lutas políticas sobre que tipo de projeto agrícola o país deveria adotar, é que é aprovada lei de estímulo ao desenvolvimento da agricultura familiar.

O que é importante destacar é que nesse país, a partir de pressões populares, não foi adotada política protecionista ao setor agrícola no período depressivo da economia e que, o modelo dinamarquês de construção da agricultura moderna através do fortalecimento da agricultura familiar foi precursor do padrão a ser adotado por todo o Oeste Europeu.

Por sua vez, na França durante o Segundo Império, é que foram adotadas as primeiras medidas de política agrícola que serviriam de base para um sistema institucional de desenvolvimento da agricultura familiar contemporânea. Podemos citar: redução de impostos, combate ao crédito usurário, melhoria na rede de comunicações e transporte, enquadramento técnico e emancipação dos municípios rurais (Servolin, 1985, apud Veiga, 1991:50).

A estrutura agrária francesa tinha como traço marcante a pulverização fundiária e predominava a acomodação dos agricultores em relação à modernização agrícola, graças à adoção do protecionismo pelo governo.

No pós-guerra, a retomada do crescimento econômico demorou muito mais nesta nação do que nos outros países europeus. Somente com a aceitação do Plano Marshall, em julho de 1947, é que foram tomadas medidas de política econômica que consolidassem o papel da agricultura dentro do processo de industrialização do país, ante a necessidade de auto-suficiência alimentar, bem como foi incentivado o fortalecimento dos estabelecimentos familiares de tamanho médio (20 a 50 ha.), favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar.

A agricultura francesa atingiu seu ápice na década de 1970, onde em 1974, já era o segundo maior exportador agrícola do mundo. Ressalte-se que essa 'revolução silenciosa' foi obtida numa área praticamente constante e mobilizando um número de trabalhadores em rápida diminuição, o que ocasionou redução do número de estabelecimentos e elevação de seu tamanho médio.

A década de 1980, após 25 anos de modernização acelerada, traz consigo o declínio do preço da terra, iniciando um processo de 'desagriculturalização', caracterizado pela ruptura na identidade família-exploração, pois os agricultores permaneceram no setor, mas adotaram a pluralidade.

3) LESTE ASIÁTICO

É importante destacar a influência americana no grau de profundidade da reforma agrária japonesa, pois esta veio a responder por algo que há muito tempo havia sido reconhecido como um sério problema nacional - sua estrutura fundiária.

A reforma agrária japonesa foi caracterizada por uma grande distribuição de terras. O mecanismo de transferência de propriedades foi marcado pelo congelamento do preço da terra, que com a alta inflação existente representou uma grande transferência de renda fundiária em favor dos agricultores, os quais obtiveram longos prazos de pagamento, sem qualquer correção monetária.

Assim, o país que estava praticamente destruído no pós-guerra e enfrentava o problema da inflação crescente e falta de alimentos, teve o nível de vida de seus agricultores melhorado através da redistribuição de terras, havendo assim, um maior estímulo para o investimento nas próprias propriedades.

Foi a partir de 1955, que se iniciou a transição na economia nipônica, cujo processo de modernização da agricultura mostrou-se semelhante ao americano e europeu. A partir daí, o Japão passou de uma situação de insuficiência na oferta para a dinâmica do treadmill.

Segundo Romeiro (1996), o que é notável na sociedade japonesa é que apesar do avanço da economia de mercado, alguns elementos fundamentais das relações comunitárias tradicionais subsistiram e foram essenciais à manutenção do nível de emprego dentro do processo de modernização agrícola do país. Assim, o êxodo rural ocorreu de forma equilibrada, pois como na nação americana, os fatores de atração para as cidades também preponderaram sobre os fatores de expulsão do campo.

Em Taiwan, uma ex-colônia agrícola japonesa até o final da 2ª Guerra Mundial, o que houve foi uma transformação em apenas duas décadas, onde a reforma agrária desempenhou importantíssimo papel no rápido processo de industrialização do país, tendo impacto mais significativo nas variáveis crescimento econômico e distribuição de renda.

Esse excelente desempenho da agricultura nos vinte anos seguintes à emancipação, permitiram ao governo nacional drenar importantes e vultosos recursos do setor primário e assim, dar sustentação à industrialização do país, onde após 1973, saltou-se da etapa de extração de excedente para a etapa de amparo, característica central do treadmill.

Para Ho (1978, apud Veiga, 1991:145), a principal conclusão extraída do estudo do modelo de reforma de Taiwan é que se deve priorizar o desenvolvimento agrícola quando se planeja o desenvolvimento econômico.

A experiência sul-coreana em muito se assemelha a vivenciada pelo Japão e Taiwan. A diferença fundamental está nas circunstâncias políticas que levaram o governo a

posições mais drásticas que as adotadas para os outros dois países. Assim, o impacto da reforma agrária coreana na estrutura de distribuição de renda pode ter sido até superior ao japonês e de Taiwan.

Houve uma rápida conversão do sistema produtivo e adotou-se políticas de achatamento dos preços dos alimentos básicos como principal contribuição agrícola ao crescimento econômico. O perfil do processo de modernização agrícola visando o crescimento industrial acelerado orientou-se pelo exemplo do oeste.

Inicialmente, impediu-se que os proprietários fundiários continuassem a desviar parte da renda nacional, atrofiando a agricultura familiar e gerando sub-abastecimento e carestia alimentar - esse é o principal papel de uma reforma agrária, cabendo ao governo os investimentos públicos em pesquisa, extensão, educação rural, infra-estrutura e crédito que complementem a reforma agrária realizada e consolidem a agricultura familiar. Isso foi obtido, através do confisco de terras e sua entrega quase que gratuita, a produtores familiares anteriormente dependentes dos senhores de terra (proprietários).

A partir do momento em que a agricultura atingiu o nível produtivo adequado, iniciou-se o processo de extração de recursos agrícolas via deteriorização dos termos de troca; tudo sob o comando do governo. Numa etapa final, quando a extração de recursos se torna uma necessidade secundária dentro do sistema, passa-se à política de melhoria da renda aos agricultores.

O sucesso da Reforma Agrária dos Tigres Asiáticos não apaga os exemplos de países periféricos que implantaram esse programa, mas nem sequer chegaram a resultados parecidos com os obtidos por aqueles países, apesar da cruzada internacional em favor da reforma agrária proposta por Irma Adelman (1980, apud Veiga, 1991:161), após constatar que os países periféricos que obtiveram sucesso econômico com suas reformas agrárias haviam seguido uma mesma seqüência dinâmica em suas políticas econômicas, ou seja, primeiro, distribuíram seus ativos e depois, deram as condições necessárias para que a produção familiar se modernizasse, aumentasse sua produtividade, e o país se tornasse auto-suficiente em alimentos básicos. O governo entrou mantendo subsídios visando a redução dos preços alimentares para que se consolidasse a industrialização nesses países.

4) EGITO

O Egito, no período anterior à 1ª metade do século XX, era um país preocupado com a transformação de sua economia até então, exportadora de algodão numa economia diversificada e industrializada, sob o controle do Estado.

A partir da 1ª Guerra Mundial, agravaram-se as distorções na estrutura fundiária do país, principalmente através de três fatores de ordem institucional: o poder dos grandes proprietários sobre os recursos fundiários e hidráulicos, o que resultava em altíssimos aluguéis, sendo ao proprietário mais vantajoso arrendar que cultivar diretamente a terra; a ausência de sistema de crédito, onde os financiamentos eram obtidos por agiotagem ou através dos comerciantes locais, que não mais eram que os próprios proprietários da terra e; alta especulação fundiária que provocava aumento no preço da terra.

Assim, o sistema agrícola egípcio, que no século XIX, era constituído por grandes propriedades com extensas plantações foi sendo substituído por um sistema de exploração baseado no arrendamento.

Embora a primeira lei promulgada no sentido de destruir o poder dos grandes proprietários de terra em favor dos trabalhadores rurais tenha ocorrido em 1952, as medidas de reforma parecidas com as do modelo do Leste Asiático - transferências de terra a partir de desapropriações pela metade do valor das indenizações - só vieram a surgir 12 anos após aquela; portanto, a transferência de terras foi extremamente moderada e a reforma agrária egípcia não alterou a estrutura fundiária do país de forma significativa. Os camponeses mais pobres não obtiveram a terra suficiente que possibilitasse a ampliação da proporção da agricultura familiar economicamente viável.

Em relação ao crescimento industrial, a reforma e suas medidas posteriores não o favoreceram como no caso do Leste Asiático, visto a importância da agricultura patronal no contexto da economia egípcia. Observa-se que houve um dilema no governo entre extrair excedente ou incentivar a produção, como explicação da evolução dos termos de troca em favor da agricultura.

5) MÉXICO

Nos países latino-americanos, como o México, que foi o único a implantar uma extensa reforma agrária, a qual na realidade, transferiu terras aos que não as possuíam, sem contudo, possibilitar sua extração econômica, o modelo desenvolvimentista adotado pelos governos posteriores ao governo reformista foi o de vantagens comparativas, que estimulou a monocultura exportadora, para assim garantir as exportações necessárias ao financiamento do modelo de substituição de importações adotado como política de estímulo à industrialização.

Para o Estado, a questão agrária separava-se do problema econômico, estando ligada à problemática social, à distribuição de renda e não ao problema da falta de alimentos básicos no país. A fé na infalibilidade da agricultura patronal era grande, mesmo após a estagnação da economia, no final da década de 1970.

Na década de 1980, é proposto pelo governo o Sistema Alimentar Mexicano (SAM), visando a revalorização do 'campesinato' que até então revelava-se incapaz de responder as mudanças nas necessidades do mercado. Suas principais medidas foram a redução dos preços pagos pelos 'camponeses' na compra de insumos, a criação de um seguro agrícola e um aumento de preços para seus produtos, sem repasse ao consumidor final. Posteriormente, dois outros programas foram editados, o PRONAL, em 1983, e o PRONADRI, em 1985.

Na realidade, estes três planos aplicados não formaram as condições necessárias ao desenvolvimento da unidade familiar de produção agrícola no país, mas também, não estimularam a progressão da agricultura patronal, pois o 'setor camponês' mexicano se apresentava enorme e heterogêneo, onde os estabelecimentos existentes não chegavam a ter sequer o tamanho requerido pela agricultura familiar moderna.

Somente após o estudo do papel desempenhado pela agricultura familiar no desenvolvimento econômico dos países avançados, aqui apresentados, é que estamos aptos a fazer a diferenciação entre aquela e a 'pequena produção'. Na 'pequena produção' não há dinâmica no aspecto técnico, não sendo portanto, capaz de adaptar-se às novas necessidades do mercado, como o fez tão prontamente, a agricultura familiar nos países centrais.

No que diz respeito às comparações entre países centrais e países periféricos quanto às questões agrícola e agrária, De Janvrey (1981, apud Veiga, 1992) classificou os países nos quais os salários funcionavam como propulsores da expansão do mercado (no caso, os países avançados), de sociedades socialmente articuladas. Por outro lado, chamou de economias desarticuladas, aquelas onde os salários não são os responsáveis decisivos pela acumulação capitalista, característica dos países em desenvolvimento.

Em relação ao Brasil, no início dos anos 1960, o setor agrícola correspondeu a crescente necessidade de novos e mais produtos que fomentassem a indústria nascente, não havendo para isso a necessidade de implantação de mudanças estruturais que garantissem essa expansão, feita através do crescimento extensivo.

Já a partir do final da década de 1960, houve mudanças neste crescimento, pois a base técnica da agricultura havia sofrido transformações decisivas; solucionando portanto, o desafio da questão agrícola, ou seja, problemas relacionados a produção alimentícia, seus custos e base técnica. Contudo, os problemas relacionados à questão agrária subsistiram e até acentuaram-se com o deslanchar do processo desenvolvimentista, os quais dizem respeito à estrutura fundiária e à justiça social.

Nos anos 1980, passou-se a falar no grau de 'maturidade' que a agricultura brasileira se encontrava, com a integração ao processo produtivo agrícola de capitais industriais, comerciais e financeiros, formando os chamados Complexos Agroindustriais, segundo Silva (1983).

Contudo, Abramovay (1992:259) questiona essa idéia de 'maturidade' na agricultura brasileira, ao colocar que o nosso setor agrícola se apóia no trabalho assalariado em larga escala e pouco produtivo, em terra subutilizadas, num crescimento econômico desigual e acima de tudo, não se mostrou capaz de desempenhar a função crucial de rebaixamento dos preços alimentares que os países avançados tão prontamente souberam pôr em prática. Na realidade, quem tem se beneficiado das políticas agrícolas estatais de apoio ao setor rural no nosso país, tem sido a grande agricultura patronal.

É em torno da produção agrícola familiar no Brasil, a nossa discussão no capítulo que se segue.

CAPÍTULO III

A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO BRASIL

Para Ribeiro (1988), o modelo de transição ao capitalismo adotado no Brasil, no que diz respeito à evolução agrária aproximou-se mais da 'via prussiana'⁴, contudo não podendo ser inteiramente identificado com este modelo, pois a ausência de estruturas econômicas e sociais preexistentes e a motivação de nossa colonização como resposta as necessidades mercantis portuguesas trouxe a consolidação do latifúndio ao longo de nossa história, começando nas capitâncias hereditárias, passando pelo latifúndio açucareiro e cafeeiro até chegar ao latifúndio capitalista de hoje. Assim, quando os setores industrial e comercial urbanos surgiram e se fortaleceram, o latifúndio já detinha o poder político e econômico no país.

Por sua vez, as pequenas e médias propriedades agrícolas situaram-se numa fase inicial, ao redor dos centros urbanos, ocupando-se de um bom número de bens agrícolas para posteriormente, se instalarem em todo o território nacional e ocupar-se do abastecimento urbano, possibilitando ao latifúndio a continuidade da produção para exportação. Nos períodos de crise econômica, os latifúndios vem ocupando-se somente da plantação para a própria subsistência, sem correrem o perigo de desapropriações ou fracionamento em suas terras; e as pequenas e médias propriedades, ao desbravarem 'terras virgens' com a utilização de recursos naturais, tem dispensado grandes recursos de capital em suas atividades, os quais podem ser repassados aos outros setores da economia.

Nos anos 1950, forças progressistas da sociedade brasileira iniciaram discussão sobre a estrutura da propriedade de terra no país, caracterizada pelo binômio latifúndio-minifúndio, pois acreditavam ser uma barreira ao processo de industrialização nacional.

⁴ Segundo Lênin in Ribeiro (1988), na via prussiana há a possibilidade de continuação do desenvolvimento do tipo burguês sob a égide da grande propriedade feudal, a qual vai se tornando mais burguesa e substituindo pouco a pouco os procedimentos feudais por burgueses.

Mas segundo Silva (1985), o que se verificou foi uma transformação interna, que permitiu a agricultura responder as necessidades crescentes de gêneros alimentícios à massa trabalhadora e de matérias-primas e ampliação do mercado para a indústria nascente; visto que a agricultura havia se conectado ao circuito global da economia.

Apesar disto, a base do modelo de modernização agrícola adotado a partir de 1967 no país concentrou-se na dinamização dos setores improdutivos através de outras políticas que não a alteração dos sistemas de posse e uso da terra e na abertura ao comércio internacional, visando uma estratégia econômica global de inserção crescente nos fluxos da economia internacional.

Em relação à improdutividade e a baixa produtividade, as ações governamentais basearam-se na expansão do crédito subsidiado, o qual foi a principal alavanca do processo de modernização agrícola, nos gastos com extensão rural e no tratamento preferencial ao setor de insumos, no caso máquinas, fertilizantes, inseticidas e herbicidas, objetivando sua maior absorção por parte dos produtores rurais.

Contudo, algumas características qualitativas puderam ser observadas na concessão do crédito agrícola subsidiado: a concentração regional, onde 2/3 dos financiamentos destinavam-se às regiões Sul e Sudeste; concentração por estabelecimentos (em 1975, os estabelecimentos com mais de 200 ha. absorviam 56% do crédito agrícola enquanto representavam só 13% do número de tomadores); concentração por produtos, pois soja, café, cana-de-açúcar e algodão receberam quase que 50% do volume total, enquanto que feijão e mandioca, por exemplo, não recebiam nem 3% do total. Na análise dos dados referentes ao uso de tecnificação na agricultura nordestina, a partir do estímulo do crédito, percebe-se claramente o caráter localizado e excludente desse processo, pois no final da década de 1970, em estudo dos dados de quinze produtos cultivados na região, somente café e cana-de-açúcar usavam insumos modernos.⁵

⁵ Cf. Ribeiro, Ivan de Otero, _____ op.cit. p.93

Portanto, o efeito multiplicador do crédito se mostrou baixo, revelando seu desvio para fins especulativos e as implicações para o perfil da produção agropecuária também não ocorreram no volume desejado, pois houve insuficiência do crescimento da produção de alimentos com consequências inflacionárias.

Outros tipos de desequilíbrios na economia nacional provocados pelo modelo de modernização excludente adotado foram a redução na capacidade de absorção da força de trabalho no campo, ocasionando migração para áreas urbanas, que por sua vez, aumentou o desemprego, o subemprego e a marginalidade nas grandes cidades; ruptura do padrão de relações intersetoriais baseados na hiperinsumização, graças ao crédito subsidiado, levando a criação de ampla margem de capacidade ociosa na indústria produtora de máquinas e insumos agrícolas; aumento da dependência externa; manutenção da desequilibrada estrutura de posse e uso da terra; agravamento dos desequilíbrios regionais na medida em que beneficiou mais amplamente o eixo Centro-Sul do país e estrangeirização da zona de fronteira, com a instalação de grandes fazendas tecnificadas pertencentes a multinacionais, nessas áreas.

Vejamos então, os dados sobre a evolução do padrão de posse da terra desde 1940 até 1985, ano do último Censo.

TABELA II
PORCENTAGEM DO NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E DO TOTAL DA ÁREA
AGRÍCOLA

ANO	Menos de 10 ha		de 10 a menos de 100 ha		de 100 a menos de 1000 ha		1000 ha ou mais	
	% de Estabel.	% Área	% de Estabec.	% Área	% de Estabel.	% Área	% de Estab.	% Área
1940	34,4	1,5	51,3	16,7	12,8	33,5	1,5	48,3
1950	34,4	1,3	51,0	15,3	12,9	32,5	1,6	50,9
1960	44,8	2,3	44,7	19,0	9,4	34,4	1,2	44,2
1970	51,3	3,1	39,4	20,4	8,4	37,0	0,9	39,6
1975	52,0	2,7	37,9	18,6	9,0	35,8	1,1	43,0
1980	50,5	2,4	39,1	17,4	9,5	34,3	0,9	45,8
1985	52,9	2,7	37,3	18,6	8,9	35,0	0,9	43,7

Fonte: IBGE.

Extraído da Revista de Economia Política, vol. 7, nº 3, jul./set.1987, p.107 e do IBGE-Censo Agropecuário/1985.

Os estabelecimentos agrícolas com menos de 10 ha., que em 1940 eram responsáveis por 34,4% do total de estabelecimentos e que ocupavam apenas 1,5% do total da área rural, correspondiam em 1985 a 52,9% do número de estabelecimentos, e vieram a ocupar 2,7% do total da terra. Como se vê, o tamanho médio das propriedades neste grupo diminuiu provocando o agravamento do problema dos minifúndios.

Por outro lado, as grandes áreas de mais de 1000 hectares, que em 1940 correspondiam a 1,5% do número total de estabelecimentos e ocupavam 48,3% do total da terra, correspondiam em 1985 a menos de 1% das propriedades e a 43,7% da terra disponível.

Portanto, os dados constantes na tabela II podem confirmar a continuidade do desequilíbrio em nossa estrutura de posse da terra ao longo do processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Albuquerque (1987), por sua vez, contrapõe os dados do Censo, os quais foram expostos na tabela anterior com os do INCRA, que serão mostrados na tabela III.

TABELA III
 PORCENTAGEM DO NÚMERO TOTAL DE IMÓVEIS E DO TOTAL DA ÁREA - BRASIL

ANO	Menos de 10 ha		De 10 a menos de 100 ha		de 100 a menos de 1000 ha		1000 ha. ou mais	
	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área	% de imóveis	% área
1972	31,1	1,4	54,4	16,1	12,7	31,2	1,5	51,3
1978	28,5	1,0	55,6	13,3	14,1	27,1	1,8	58,6
1992	31,3	1,4	54,5	15,8	12,8	30,8	1,4	52,0

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural-INCRA.

Extraído da Revista de Economia Política, vol. 7, nº 3, jul./set.1987, p.108 e do INCRA-Estatísticas Preliminares (parciais) do Recadastramento de 1992.

Segundo esse estudioso, os dados extraídos do Cadastro do INCRA nos mostra um quadro diferente em alguns aspectos. A importância relativa dos imóveis de até 10 ha.(minifúndios) decresceu entre 1972 e 1992. O mesmo ocorreu para os dois segmentos de tamanho intermediário. No outro extremo, na classe de 1.000 hectares ou mais, percebe-se um aumento na concentração da posse de terras, pois de 1972 a 1992, houve uma elevação de 0,7% na área ocupada pelo latifúndio e uma diminuição no número de imóveis em 0,1%, para o mesmo período.

Tais diversidades podem ser atribuídas às diferenças nos conceitos de estabelecimento (unidade de produção, usada no Censo) e de imóveis (unidade jurídica, usada no INCRA), embora tanto os dados do Censo, quanto os do INCRA ressaltem a grande concentração na propriedade de terra no Brasil.

Em relação à situação da produção organizada no país com base no trabalho familiar, Silva et alii (1983) ressalta que não existe uma segmentação nítida, pois a produção agrícola familiar brasileira possui uma riqueza de formas de existência, que assume desde o caráter de pequenas parcerias escassamente monetarizadas, como no Nordeste, até o de um elo na integração vertical das agroindústrias, como no Sul do país, em que o organismo familiar de produção é densamente tecnificado e mercantil.

Dentro do contexto de concentração da estrutura de posse de terras e considerando a diversidade que assume a produção familiar no país, o que se observa é que os

governos nacionais em suas políticas agrícolas muito pouco estimularam a unidade de produção agrícola familiar brasileira, já que as medidas adotadas beneficiaram determinadas regiões e produtos, sem que houvesse uma política relacionada com o tipo de produtor.

Assim, os maiores beneficiados com o processo de modernização excludente da nossa agricultura foram os grandes produtores rurais, os setores oligopolistas da indústria fornecedora de insumos agrícolas, as agroindústrias processadoras de matérias-primas e os bancos repassadores dos recursos do crédito rural.

Na realidade, a promoção da agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural traria muitas vantagens para a sociedade brasileira, visto a experiência histórica das nações mais desenvolvidas e considerando-se a forte presença entre nós dos dois principais modelos de produção agropecuária, o familiar e o patronal.

Ora, se a agricultura patronal têm como principais características⁶ a completa separação entre gestão e trabalho; a organização centralizada; a ênfase na especialização e em práticas agrícolas padronizáveis; o uso predominante de trabalho assalariado e tecnologias dirigidas à eliminação das decisões imediatas; no modelo familiar encontramos o trabalho, a propriedade e gestão unidos; a ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; o uso complementar do assalariamento e a ocorrência de decisões 'de momento', adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Apesar da idéia bastante difundida em nossa sociedade de que a vocação agrícola nacional se concentra na propriedade média e grande, a qual é na verdade, resquício do nosso processo histórico; para Guanzioli (1996), não devemos nos deixar levar por essa cultura multissecular, porque a agricultura empresarial de vulto pesa no 'status' econômico do país, mas não é diversificada, é voltada para a exportação, engendra forte concentração de renda e exclusão social e sua capacidade de gerar empregos é quatro vezes menor que a da agricultura

⁶ Cf. FAO/INCRA. Projeto UFT/BRA/036, mar./1995.

familiar, pois ocupando 75% da área agriculturável nacional, absorve apenas 20% da mão-de-obra rural brasileira⁷.

Por sua vez, a produção agrícola familiar distribuída em apenas 25% das terras nacionais, gera 80% do emprego para a população economicamente ativa rural ou seja, 20 milhões de postos de trabalho e é responsável por mais de 60% da comida que chega à mesa dos brasileiros, conforme dados atuais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura⁸.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) em convênio firmado com o INCRA, propõe um diagnóstico sobre a atual situação da agricultura familiar no Brasil, através do Projeto UFT/BRA/036.

Segundo este relatório, os estabelecimentos agropecuários existentes no país são classificados da seguinte forma.

TABELA IV
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA TOTAL E MÉDIA NAS PROPRIEDADES
AGRÍCOLAS BRASILEIRAS, SEGUNDO CATEGORIA (1994 - ESTIMATIVAS)

CATEGORIA	Nº ESTABEL. (MILHÕES)	Nº ESTABEL. (%)	ÁREA MÉDIA	ÁREA TOTAL	ÁREA TOTAL (%)
PATRONAL	0,5	7,1	600	300	75
FAMILIAR CONSOLIDADA	1,5	21,4	50	75	19
DE TRANSIÇÃO	2,5	35,7	8	20	5
PERIFÉRICA	2,5	35,7	2	5	1
TOTAIS	7	100	57	400	100

Área média em hectares e área total em milhões de hectares.
Fonte: FAO/INCRA. Projeto UFT/BRA/036, mar./1995, p.4.

⁷ Cf. FAO/INCRA. Projeto UFT/BRA/036, mar./1995.

⁸ De acordo com uma de suas publicações em 1996, a Revista Momento.

Analisando os dados constantes da tabela IV, podemos confirmar a importância da agricultura familiar na economia brasileira, pois ocupando uma área três vezes inferior a dos estabelecimentos patronais e sem os recursos condizentes com a sua especificidade, responde por parte considerável de nossa produção agropecuária.

Em relação às categorias 'de transição' e 'periférica', estas são mais consideradas locais de residência e subsistência da mão-de-obra desempregada ou subempregada que propriamente empresas do setor agropecuário, seja por falta de capacidade de autofinanciamento, pela fraqueza de suas terras, pela incapacitação de seus recursos humanos ou por ser vítima das políticas agrícolas, o fato é que essa importante fatia da agricultura familiar tende à degradação, através da migração para as cidades ou por meio da pulverização minifundiária.

Na verdade, não existe uma fronteira precisa entre essas duas categorias inferiores e por recomendação da FAO, é justamente essa categoria mais fragilizada, que deve ocupar o foco das políticas governamentais para a agricultura, objetivando a transformação desses estabelecimentos em empresas familiares viáveis.

Assim, o apoio a agricultura em regime de economia familiar por parte do Estado se justifica pela importância econômica nada desprezível de sua produção e como instrumento de uma economia capitalista socialmente saudável, ao conter a migração interna, porque absorve muita mão-de-obra no campo e ao apoiar a construção de uma democracia não apenas política, mas também social, a qual crescerá com a implantação de um amplo programa de reforma agrária para o país, que deve ser seguido de medidas complementares tais como o acesso a financiamentos, pesquisa, assistência técnica e o controle do mercado de insumos e de produtos, no sentido de evitar a continuidade da subordinação da agricultura familiar ao mercado capitalista, como aconteceu em todos os países que obtiveram sucesso econômico; embora saibamos que essa é uma questão principalmente política, pois planos de reforma agrária constam da nossa história desde a época da ditadura militar, os quais sempre foram colocados 'de lado' por pressões da elite nacional.

No que diz respeito à comprovação da viabilidade econômica da unidade de produção familiar, a FAO fez uma avaliação do desempenho econômico das duas formas básicas de produção agropecuária, através da comparação de duas amostras representativas

destes dois segmentos. Para a produção agrícola familiar foi utilizado o estrato de área de '20 a 100 ha.' e para a patronal, o de '500 a 10.000 ha.'. O que se constatou foi que: a) o segmento familiar tende a prevalecer na criação de pequenos animais, sem deixar de ter também certo peso na pecuária bovina; b) na oferta agropecuária, o segmento patronal supera o familiar em quatro importantes produtos que são carne bovina, cana-de-acúcar, arroz e soja, mas que o inverso ocorre no fornecimento de quinze outros importantes produtos que são carnes suínas e de aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, feijão, algodão, tomate, mandioca e laranja; c) em mais da metade das atividades, a agricultura familiar consegue rendimentos físicos superiores ou idênticos aos do modelo patronal; d) as lavouras são três vezes mais importantes no segmento familiar, sendo que nas lavouras permanentes, essa relação chega a cinco vezes; e) apesar de muito parcial, a modernização tecnológica do segmento patronal é superior a do segmento familiar, particularmente no uso de defensivos animais, de tração mecânica, de energia elétrica e de assistência técnica, não sendo significativa no uso de defensivos vegetais, fertilizantes, corretivos, conservação de solo e irrigação.

Além disso, a produção familiar tornou-se um elo fundamental da modernização de certas cadeias industriais devido essencialmente a sua flexibilidade estrutural, tanto em relação ao processo produtivo, como às fontes de renda. Embora sua vocação seja a policultura associada a pecuária, ela pode se adaptar a verdadeiros extremos, de acordo com as condições no ambiente macroeconômico, desde certos tipos de monocultura até o recuo ao completo autoabastecimento.

Wilkinson (1996) em recente artigo publicado fez um estudo sobre a articulação da agricultura familiar com o setor agroindustrial existente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, colocando que embora as atividades agroindustriais variem por região, tamanho e tipo de propriedade com predominância atualmente, no Sul do país do vinho, fumo, laticínios, suínos e aves, o potencial de articulação da agricultura familiar com a agroindústria é maior no segmento produtor de proteínas animais, já que o consumo popular caminha para uma dieta fortemente composta de proteínas animais e estas criações são amplamente dinâmicas, pois exercem uma demanda à montante para cereais e oleaginosos, na forma de rações.

No interior do segmento de proteínas animais, o sub-setor de laticínios é o que abre maiores perspectivas para o fortalecimento da produção familiar, uma vez que representa

um mercado com um crescimento acentuado no contexto brasileiro, bem como uma fonte de renda regular. É seguido da suinocultura e da avicultura. Na avicultura nacional, encontramos como principais firmas Sadia, Perdigão e Ceval e apesar de ser uma opção muito procurada, em parte devido ao esterco das aves, que se constitui num fertilizante excelente e de fácil aplicação, a existência de longas filas de espera para a inclusão como produtores contratados vem criando uma espécie de exército de reserva, o que limita em muito o poder de barganha dos produtores e coloca o modelo atual da avicultura numa perspectiva não tão favorável para o organismo familiar quanto o da produção de leite e da suinocultura.

A experiência dos assentamentos de sem-terra vem a reforçar a possibilidade da agricultura familiar ao mostrar que o simples acesso à terra somado a um mínimo de apoio governamental, permitem que mesmo produtores familiares de pequenas dimensões vivam com um nível de vida bem superior ao que poderiam obter como trabalhadores assalariados, no campo ou na cidade.

Segundo os resultados obtidos pelo Projeto BRA/87/022 em estudo dos assentamentos de reforma agrária realizados pelo INCRA, a renda média gerada por família de beneficiados da reforma agrária foi de 3,70 salários mínimos por mês, assim distribuídas de acordo com as regiões: Norte, 4,8 sm⁹; Nordeste, 2,1 sm; Centro-Oeste, 3,5 sm; Sudeste, 4,3 sm; Sul, 5,6 sm.

Ora, esses dados são bastante significativos se comparados com as médias salariais de populações urbanas de baixa renda ou com a renda média do setor rural. Nos assentamentos de reforma agrária a renda média por trabalhador mostrou-se superior ao salário de mensalista agrícola e com exceção da Região Sul, apenas ligeiramente inferior ao salário agrícola médio, o qual inclui as remunerações dos capatazes, tratoristas e administradores.

Portanto, esses programas de assentamento de sem-terra revelaram-se eficazes na promoção do desenvolvimento rural, no que diz respeito a superação da pobreza e a fixação do homem no campo, bem como colaboraram no processo de crescimento econômico nas

⁹ sm= salários mínimos.

regiões em que se instalaram. O Pontal do Paranapanema, uma das regiões onde mais ocorrem conflitos por questões de posse da terra, é um exemplo bem ilustrativo.

Nessa região, que é a segunda mais pobre do estado de São Paulo, encontramos o caso de Promissão, que após receber 636 famílias em 1988 teve sua realidade modificada de tal forma que hoje, a arrecadação do município que tem 30 mil habitantes é maior que a de Lins, outro município paulista, que possui 80 mil habitantes; o que vem a comprovar a influência benéfica do assentamento com base na produção agrícola familiar na expansão do comércio, do setor financeiro local e dos serviços públicos em geral.

CONCLUSÃO

Diante de tudo o que expomos, podemos extrair diversas conclusões relativas aos três capítulos apresentados neste trabalho.

Primeiramente, no capítulo inicial vimos que as previsões de Lênin e Kautsky sobre a produção agrícola familiar não se confirmaram, pois o processo de diferenciação social dos produtores não evoluiu de maneira a aumentar o número de trabalhadores assalariados no campo, bem como a incompatibilidade entre o progresso técnico e a exploração familiar mostrou-se absurda a partir do desenvolvimento econômico dos países centrais, no qual houve a consolidação de uma produção agrícola familiar altamente tecnificada e mercantil.

Portanto, essa forma de produção familiar que se firmou nos países desenvolvidos e que teve papel importantíssimo no desenvolvimento econômico dessas nações, em nada se assemelha a um resquício histórico do campesinato, integrando-se totalmente ao circuito global da economia.

Em relação ao segundo capítulo, percebemos que a partir de situações e realidades históricas diferentes, os países que obtiveram sucesso econômico inclusive os Tigres Asiáticos, seguiram uma mesma seqüência dinâmica em suas políticas econômicas. Inicialmente, seja através de intervenção estatal como nos países centrais ou de medidas de reforma agrária, como nos países periféricos que seguiram o exemplo dessas nações, distribuiu-se os ativos e posteriormente, deu-se as condições necessárias para que a exploração agrícola familiar se modernizasse, elevasse sua produtividade e esse países se tornassem auto-suficientes em alimentos básicos. Destaca-se aqui, o papel do Estado nesse processo ao intervir e controlar o mercado, além de fornecer subsídios objetivando a redução dos preços alimentares para que se consolidasse a industrialização via mecanismo de transferência intersetorial de renda.

Outro ponto interessante é a reação dos agricultores dos países desenvolvidos ante a situação de crise por que passam contemporaneamente, devido ao superinvestimento que acarretou seu endividamento e diante de um quadro de superprodução mundial e da ameaça dos Estados nacionais de abolir os subsídios agrícolas por causa do aumento de seu déficit público. A resposta do agricultor a essa situação foi a elevação do 'part-time farming' (agricultura em tempo parcial) nos países centrais, como maneira de complementar a renda

familiar, já que com a mecanização as 'forças marginais' do organismo familiar passaram a dispor de um maior tempo livre, empregando-o em trabalhos assalariados fora da unidade de produção familiar.

No que diz respeito aos países em desenvolvimento que implantaram suas reformas agrárias - Egito e México, o que se verificou é que esses programas não trouxeram os resultados previstos, a nível da redistribuição da posse de terras e da renda.

Em relação ao último capítulo, que trata da exploração agrícola familiar no Brasil, vimos que ao longo de toda sua história os governos nacionais não se preocuparam com políticas agrícolas de fomento ao agricultor familiar e sim, que as medidas tomadas se mostraram excludentes e localizadas, beneficiando os grandes proprietários de terra e outros grupos da elite nacional.

As propriedades familiares que obtiveram proveito da política de modernização agrícola adotada a partir do final da década de 1960 se restringiram ao eixo Centro-Sul do país, o que só aumentou as desigualdades regionais, pois no nosso setor agrícola encontramos relações de produção das mais diversas, onde coexistem desde o organismo familiar moderno a explorações com base no trabalho familiar que retiram da terra apenas sua subsistência.

Assim, o setor agrícola brasileiro satisfaz as necessidades do processo de consolidação da indústria nacional, através de uma transformação interna ao nível da produção, onde o Estado via principalmente crédito subsidiado, provocou uma modernização de nossa agricultura, a qual muito contribuiu para a elevação de nossa dívida externa. Contudo, as culturas que mais se beneficiaram com essa política foram as exportáveis, provocando problemas com o abastecimento interno, o que causou pressão nos preços agrícolas e aumento do índice da inflação. Portanto, não há como fazer funcionar no país nessas condições, o mecanismo de transferência intersetorial de renda, nos moldes do que foi realizado nos países do chamado Primeiro Mundo. Ora, os países centrais apesar do panorama de crise mundial têm insistido na política de preços agrícolas subsidiados, onde 70% das nações que compõem a Organização Econômica Européia se utilizam desse instrumento.

O programa que precisa ser posto em prática no Brasil é o da promoção da agricultura familiar por parte do Estado, o qual se justifica pela construção de uma democracia

socialmente justa e por sua importância na produção agropecuária nacional, onde ocupando apenas 25% da área total dos estabelecimentos, responde por 80% do pessoal ocupado na agricultura e por 60% da produção total, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura.

A política governamental de fomento a agricultura familiar que deve vir seguida de uma correta reforma agrária para o país, considerando a nossa estrutura concentrada de posse da terra e os graves problemas sociais existentes em nossa sociedade, deve priorizar o financiamento, a assistência técnica e o controle de mercado de maneira a possibilitar as condições necessárias para que o setor agrícola nacional e mais especificamente, nossa produção agrícola familiar se torne viável e contribua ainda mais com o processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Concluindo, esperamos que essa monografia contribua para uma melhor compreensão do papel da exploração agrícola familiar no processo desenvolvimentista das nações e da real necessidade de seu fomento por parte do Estado. Acreditamos ser este um momento muito propício para esta luta, visto que este tema encontra-se no centro das discussões nacionais, sendo portanto, mais atual do que nunca.

Virna Luzia Feitosa Sales

Fortaleza, outubro de 1996

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.**
São Paulo, Editora da Universidade de Campinas, 1992, 275 ps.
- ALBUQUERQUE, Marcos C. Cavalcanti. Estrutura Fundiária e Reforma Agrária no Brasil. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 7, nº 3, jul./set.1987, ps.99-133.**
- FAO/PNUD — Ministério da Agricultura e Reforma Agrária — Projeto BRA 87/022 — Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária. Vol. 1, Relatório Final — Versão Resumida, jul./1992.**
- FAO/INCRA — Projeto UTF/BRA/036 — Diretrizes de Política Agrícola e Desenvolvimento Sustentável. Vol 1, Relatório Final — Versão Resumida, mar./1995.**
- GUANZIROLI, Carlos. Porque a Agricultura Familiar. O Povo, Fortaleza, fasc. 1, 1996, p.6.**
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. 3ª edição, São Paulo, Proposta, 1980, ps.11-14, 112-136.**
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro. 1985.**
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Estatísticas Parciais do Recadastramento/1992.**
- REVISTA MOMENTO. São Paulo: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura, mai./jul.1996.**

RIBEIRO, Ivan de Otero. **Agricultura, Democracia e Socialismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, ps.43-102.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Estados Unidos e Japão. **O Povo**, Fortaleza, fasc. 3, 1996, ps.4-5.

SILVA, José G. et alii. Tecnologia e Campesinato. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol.3, nº 4, out./dez.1983.

SILVA, José Graziano da. **O Que é Questão Agrária?**. 11ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1985, 114 ps.

SILVA, José Graziano da, STOLCKE, Verena (Org.). **A Questão Agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1981, ps.81-164.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1991, 219 ps.

_____. Uma Linha Estratégica de Desenvolvimento Agrícola. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 12, nº 2, abr./jun.1992, ps.88-103.

WILKINSON, John. Integração Regional e o Setor Agroalimentar nos Países do Mercosul: A Produção Familiar na Encruzilhada. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, vol.17, nº 1, 1996, ps.155-184.

WILKINSON, John. **O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção**. São Paulo, Editora Hucitec, 1986, ps.45-69, Estudos Rurais.

CONSULTAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Francisco Urbano de. Estrutura Agrária e Agricultura Familiar. **O Povo**, Fortaleza, fasc. 2, 1996, ps.4-5.

BAZIN, Frédéric. Viabilidade Econômica dos Assentamentos de Reforma Agrária: O Caso de Sumaré 1-SP. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, vol.32, nº 2, abr./jun.1994, ps.123-140.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. São Paulo: MST, 1996. Número Especial.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, 345 ps.

_____. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 4ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 255 ps, Estudos Brasileiros, vol.4.

HOMEM DE MELLO, Fernando. O Crescimento Agrícola Brasileiro dos Anos 80 e as Perspectivas para os anos 90. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol.10, nº 3, jul./set.1990, ps.22-30.

PAULILO, Maria Ignez. Crédito Agrícola e Pequena Produção. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, nº 2, dez./1989, ps.93-112.

REVISTA ATENÇÃO. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1995.

REZENDE, Gervásio Castro. Crescimento Econômico e Oferta de Alimentos no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol.6, nº 1, jan./abr.1986, ps.64-80.